

## Educação de Jovens e Adultos no município do Lubango-Huíla- Angola: Uma análise interseccional

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2023.21.2.7132>

Felizbela Miranda<sup>1</sup>

**Resumo:** No presente artigo, abordaremos, numa perspectiva interseccional e decolonial, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município do Lubango-Angola, tendo por objetivos entender a realidade e as relações socioeducacionais desta modalidade de ensino, bem como refletir sobre a importância de um ensino contextualizado no desenvolvimento pessoal, social e intelectual daqueles que frequentam a modalidade de EJA nesse município. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental tendo como base a análise do currículo formal e dos manuais didáticos utilizados no ensino de jovens e adultos, especificamente o material de apoio do Método Sim, Eu Posso, dos livros didáticos Para Gostar de Ler e Escrever nos módulos 1, 2 e 3, e o Currículo formal do Primeiro Ciclo. A partir desta análise, teremos uma compreensão dos principais desafios encarados pela Educação de Jovens e Adultos, bem como a forma que esta modalidade de ensino é vista e conduzida pelo Ministério da Educação de Angola e pelas instituições educacionais responsáveis pela sua oferta.

**Palavras-chaves:** Educação de Jovens e Adultos no Lubango- Huíla- Angola; Descolonização de Currículo; Interseccionalidade.

### Adult and Youth Education in the municipality of Lubango-Huíla-Angola: An intersectional analysis

**Abstract:** In this paper, we will talk from an intersectional and decolonial perspective the Adult and Youth Education in the municipality of Lubango-Angola, aiming to understand the reality and socio-educational and reflect about the importance of contextualized teaching in intellectual development of those who attend the Youth modality in this municipality. This is a bibliographic and documentary research based on the analysis of the formal curriculum and the didactic manuals used in the teaching of young people and adults, specifically the support material of the Sim, Eu Posso Method, the textbooks Para Gostar de Ler e Escrever in Modules 1, 2 and 3, and the formal Curriculum of the First Cycle. From this analysis we will have na understanding of the by Youth and Adult Education, as well as the way that this type of educationis is seen by the Ministry of Education of Education of Angola and by the education institutions responsible fo its offer

**Keywords:** Adult and Youth Education; Curriculum decolonization; intersectionality; Lubango-Huíla- Angola.

### Introdução

Os processos educacionais pós independência realizados em Angola tinham como objetivo proporcionar noções elementares aos angolanos, para responderem aos desafios impostos a uma nação que acabava de surgir no continente africano e no mundo, contudo,

---

<sup>1</sup> UNICENTRO. E-mail: [felizbelamiranda@gmail.com](mailto:felizbelamiranda@gmail.com)

muitas eram as barreiras a serem enfrentadas. Um ano após a independência, Angola passou por uma guerra civil que perdurou por quase trinta anos (1976-2002), em 2002 o número de analfabetos no país era de cerca de 85% da população, o número de escolas existentes não supria a necessidade de estudantes que necessitavam de escolarização, e estas poucas escolas não possuíam infraestruturas adequadas para os processos de ensino e aprendizagem.

Compreendendo historicamente a educação no município do Lubango durante o período colonial, dois aspectos são essenciais, o primeiro diz respeito a segregação racial e o segundo a segregação de gênero. Desde o período colonial, o município do Lubango foi referência no campo educacional, foi uma das primeiras cidades de Angola a possuir um Liceu, uma escola Industrial, uma Comercial, um Instituto Agrícola e uma Instituição do Ensino Superior para formação de professores, porém, essas instituições de ensino formal eram exclusivas à elite. Segundo Libertato (2014), a educação oferecida para o povo nativo africano era limitada ao aprendizado da leitura, escrita e fala da língua portuguesa, ao domínio das noções básicas das quatro operações aritméticas, ao conhecimento da moeda corrente e outras questões voltadas a moral e a vida social dos indivíduos. O que segundo Gomes (2012) se constituía em um ensino que não se limitava só na diminuição do africano seus hábitos, costumes e cultura, mas também no africano em si.

No município do Lubango, o ensino era também separado por gênero sendo os cursos técnicos e exatos destinados aos homens e os cursos voltados a questões relacionadas ao lar, costura, culinária, etiquetas e cursos teóricos direcionados ao público feminino, o que posteriormente veio a influenciar em uma taxa alta de mulheres analfabetas no país, que em termos de gênero é a maior do país.

Compreendendo um pouco mais as questões de discriminação ou segregação de raça e gênero, nos Estados Unidos da América, que não difere muito da realidade de territórios que passaram por processos de colonização europeia, CRENSHAW (2002) traz uma reflexão quando aborda sobre a disponibilidade de empregos onde “[...] havia empregos para negros, mas esses empregos eram só para homens. Havia empregos para mulheres, mas esses empregos eram só para mulheres brancas. ”.

Era do interesse do colonizador que o povo nativo possuísse apenas o básico da educação, o que conseqüentemente culminou numa formação educacional precária, que impossibilitou Angola de dar segmento na educação após a independência colonial.

### **A EJA no município do Lubango - Huíla - Angola.**

De acordo com os Estatutos da Alfabetização (2000), a alfabetização em Angola tem uma duração de um ano, com continuação de três anos abrangendo a 2ª, 3ª e a 4ª classe do ensino primário, sendo obrigatoriamente ministrada em regime presencial, é de responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, porém, pode ser ministrada por ONGs, Associações comunitárias, Igrejas, Fundações, Sindicatos, Entidades Públicas ou Privadas. A alfabetização é totalmente gratuita, tendo igualdade de condições no que diz respeito ao acesso e permanência escolar sendo ofertada tanto na língua portuguesa como nas línguas nacionais.

No ano de 2002, o Ministério da Educação de Angola criou especificamente para a EJA o Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE), que entrou em vigor no ano de 2007, dispondo de cinco métodos de alfabetização nomeadamente o método Para gostar de ler e escrever; Sim, eu posso; Dom Bosco; Aplica; e o método Laubach, Contudo os objetivos delineados nesse programa em uma primeira fase não foram plenamente alcançados, isso porque era pouco o número de profissionais adequadamente formados para lecionarem de uma forma eficaz, o que de certo modo fazia com que a aplicabilidade destes não se efetivasse

Em 2012, foi aprovado pelo Decreto Presidencial nº 86/12 de 16 Maio o Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização, uma estratégia de relançamento da alfabetização e a recuperação do atraso escolar para o período de 2006-2015, teve uma duração de cinco anos de 2012 a 2017 tendo como objetivos o crescimento dos níveis educativos de Jovens e Adultos; Reduzir os índices de analfabetismo literal e funcional; Integrar o processo de alfabetização nos programas de desenvolvimento rural e contribuir no combate à fome e a pobreza. Os principais condicionantes desse plano eram a insuficiência de recursos financeiros, dificuldade administrativa e lógica para o pagamento dos subsídios. Este programa também não conseguiu alcançar maior parte de seus objetivos.

No município do Lubango os métodos de ensino que vigoram para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos são os materiais de apoio ou cartilha do método “Sim, Eu Posso” e os livros didáticos do método “Para Gostar de Ler e Escrever” nos módulos I, II e III e seus respectivos projetos pedagógicos.

De uma forma resumida a cartilha Sim, Eu Posso tem como objetivo proporcionar a (ao) alfabetizanda (o) conhecimento das vogais, das consoantes, dos dígrafos e um conhecimento básico das quatro operações matemáticas. Trata-se de um material que não contempla as diversas faixas etárias que compõe a EJA no município, o que de certo modo gera um ensino infantilizado. O método utilizado gera, não em sua plenitude, um aprendizado mecanicista onde através destas as (os) alfabetizadoras (es) trabalham as letras, fonemas e números.



**Figura 1- Capa do material (cartilha) Sim, Eu Posso.**

Os manuais Para Gostar de Ler e Escrever foram criados com o objetivo de fornecer as (aos) professoras (es) instrumentos que possam apoiar seu trabalho, foi elaborado de modo integrado, flexível e dinâmico para permitir uma variedade de combinações, ênfases e formas complementares de concretização de aprendizagem e para tal deve ser utilizado pelas (os) professoras (es) como fonte de informação científica didática e metodológica, fonte de inspiração para a preparação das aulas de alfabetização a fim de ser um instrumento para a iniciação da leitura e escrita. Deve ser levado em consideração pelas (os) professoras (es) as experiências quotidianas das (os) alfabetizandas (os) a fim de ser significativo o aprendizado e facilitado o processo de alfabetização.



**Figura 2- Capas dos materiais dos métodos Para Gostar de Ler e Escrever.**

Cada módulo dos materiais Para Gostar de Ler e Escrever possui dentre três a quatro projetos, a característica fundamental dos manuais seriam o respeito ao princípio pedagógico da interdisciplinaridade e da contextualização dos conteúdos, é baseado no princípio de que a (o) aluna (o) é “construtor reflexivo, expressivo e transformador dos saberes”. Sua dinâmica tem base em uma ação dialógica.

Os princípios pedagógicos que norteiam este material didático englobam a identidade, diversidade, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização. Além disso, parte-se do conceito de aluno como sujeito construtor reflexivo dos próprios saberes, expressivo e transformador, tendo em vista uma concepção epistemológica interacionista do conhecimento. Deste modo, a dinâmica proposta neste material tem por base uma ação dialógica que, por sua vez, implica um processo dialético de reflexão-ação-reflexão, de inserção crítica na realidade e de problematização de toda a actividade docente educativa. (MÉTODO PARA GOSTAR DE LER E ESCREVER, MÓDULO 2, 2012, p.5)

Nos materiais podemos observar conteúdos de debates e trazem mudanças atitudinais e desenvolvimento procedimental, possui uma linguagem adequada e acessível. Há um projeto inteiro focado no ensino sobre o mundo do trabalho, porém não se observa temáticas voltadas à discussão da educação e sua importância nesse processo, o que remete a educação oferecida no período colonial, educação que oferecia um ensino básico para manterem esse grupo nos postos baixos do mercado de trabalho.

### **Análise do currículo Formal e Real.**

Na modalidade de EJA no município do Lubango, o currículo formal existe somente a partir do primeiro ano do primeiro ciclo, que conseqüentemente é o currículo usado para a modalidade regular. As disciplinas especificadas pelo currículo formal nesse nível de ensino são Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (Inglês/Francês), Matemática, Biologia, Física, Química, Geografia, História, Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Visual e Plástica e Educação Laboral.

Um dos objetivos do currículo formal do primeiro ciclo é o de capacitar as/os estudantes para que estas (es) possuam saberes e habilidades dentre as quais usar as línguas estrangeiras (inglês/francês) afim de se comunicar adequadamente em situações necessárias e para “apropriação de informações”, ter a capacidade de acompanhar as mudanças sociais e tecnológicas, intervir crítica e ativamente na sociedade, conhecer as normas e técnicas científicas que permitem sua inserção no mundo do trabalho, adotar metodologias de aprendizagem e trabalho para ajudar no desenvolvimento do país, ter conhecimento das leis que regulam a preservação do meio ambiente e a melhoria e qualidade de vida, possuir a capacidades que a/o permitem observar, analisar, abstrair e generalizar os fatos e fenômenos em geral, ter juízo crítico em relação a problemas sociais como aspectos populacionais, ambientais e de saúde, ter a capacidade de transformar conhecimentos em prol do desenvolvimento da sociedade.

Para Moreira e Candau (2007) está associado a palavra currículo distintas concepções conseqüentes de diversos modos de como a educação é concebida historicamente.

Diferentes fatores sócio-econômicos, políticos e culturais contribuem, assim, para que currículo venha a ser entendido como: (a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.[...]No currículo se sistematizam nossos esforços pedagógicos. O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. (MOREIRA, CANDAU, 2007, p.17-18-19).

Maior parte dos objetivos delineados no currículo formal não fazem parte do currículo real, com exceção da capacitação nas línguas estrangeiras inglês e francês, as/os estudantes tanto da EJA como do ensino regular concluem o primeiro ciclo sem possuir maioria das qualidades delineadas pelo currículo. Uma das maiores dificuldades do Ministério da Educação de Angola é a compreensão e aplicação da diversificação e contextualização do ensino, essa inflexibilidade se dá pelo fato de não existir uma representatividade regional fora da capital Luanda na produção dos conteúdos e na construção dos currículos. Tanto os módulos Para Gostar de Ler e Escrever quanto o currículo formal, foram projetados sem levar em consideração o público alvo, sua diversidade, especificidades bem como seu contexto. O que contradiz o ensino contextualizado proposto nos objetivos dos projetos.

Outra característica pedagógica fundamental da educação para a consciência crítica diz respeito à centralidade do diálogo entre as diferenças de experiência e poder para criar conhecimento. Em um conceito dialógico de educação, a aprendizagem implica compartilhar conhecimento com uma comunidade de educandos e educandas. Para pesquisadores que trabalham com jovens, os projetos de pesquisa-ação participativa, em que participantes coinvestigam em vez de ser apenas sujeitos do estudo, podem promover perguntas de melhor qualidade e produzir conhecimentos relevantes. (COLLINS & BILGE, 2021, p. 241)

O ensino da língua portuguesa é imposto muitas das vezes a aqueles que pretendem se sobressair profissionalmente, para quem pretende ter benefícios sociais, acadêmicos e outros mais precisa ter domínio da norma culta da língua portuguesa, segundo Castiano (2005) o que é uma realidade dos PALOP “Dificilmente uma pessoa seria escolhida, para posições de cargos públicos superiores, se ela não domina e não consegue articular-se bem no idioma oficial.” O currículo real da Educação de Jovens e Adultos exceto no Primeiro Ciclo é fundamentado somente nos livros didáticos analisados, e em sua maioria não supre as necessidades educacionais das (os) alunas (os) do município do Lubango, e de certa forma acaba infantilizando uma vez que parte dos materiais são baseados nos livros didáticos do Ensino Primário regular, para a EJA é necessário um ensino mais elaborado. Outra questão a ser refletida e aplicada pelo Ministério da Educação é sobre a caducidade dos materiais didáticos uma vez que os mesmos acabam por vigorar por dez anos sem passarem por revisão e atualização dos conteúdos que ficam estagnados e acabam não acompanhando as mudanças que a sociedade sofre a cada tempo que passa.

Analisando o conteúdo dos materiais do módulo Para Gostar de Ler e Escrever fica evidente que são materiais projetados para as necessidades educacionais de estudantes da província de Luanda o que não se aplica as (aos) estudantes de outras regiões de Angola.

[...]aparentar os mesmos modos, o mesmo comportamento e sobretudo seguir a mesma agenda científica e tecnológica do ocidente seria no mínimo contraproducente para as nossas sociedades. Imitando, os cientistas e os intelectuais africanos bebem o cânon inteiro da ciência tal e qual ele é praticado no ocidente, sem antes se preocuparem com a questão se as tecnologias e o saber científico respondem de modo apropriado aos problemas que os países africanos enfrentam. (CASTIANO, 2005, p.7).

Segundo SANCEVERINO (2016), “Para compreendermos como os sujeitos se educam, precisamos de contexto, das visões e ações de outras pessoas, que sejam apresentadas suas vozes, na sua inteireza. ”, é crucial na construção de um currículo se levar em consideração os saberes e a cultura regional. Com isso não se quer dizer que temáticas de outros territórios não podem ser incluídos, o que não deve ocorrer é a sobreposição ou o apagamento de um conhecimento sobre outro.

A participação curricular constitui a porta principal aberta por onde vão entrar na escola os saberes locais. A participação da comunidade no desenho dos conteúdos assumiu formas como o uso dos idiomas maternos na instrução de certas disciplinas, o convite para os artesãos locais (como pessoas de recursos) para ensinarem certos conteúdos por eles dominados, adoção de oficinas locais como centro de recursos para os alunos realizarem visitas/excursões, o ensino da história local pelas pessoas mais velhas, o ensino de usos e costumes locais pelos habitantes idosos, etc. (CASTIANO, 2005, p.14)

O que ocorre também com a questão das línguas, onde há a obrigatoriedade do ensino de aprendizado das línguas estrangeiras e não há o mesmo empenho ou rigorosidade no que diz respeito ao ensino e aprendizado das línguas nacionais e locais que são garantidas por lei. Questões como as que abordamos refletem o legado colonial no ensino angolano.

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas

e silenciadas nos currículos. No entanto, é importante considerar que há alguma mudança no horizonte. A força das culturas consideradas negadas e silenciadas nos currículos tende a aumentar cada vez mais nos últimos anos. As mudanças sociais, os processos hegemônicos e contra-hegemônicos de globalização e as tensões políticas em torno do conhecimento e dos seus efeitos sobre a sociedade e o meio ambiente introduzem, cada vez mais, outra dinâmica cultural e societária que está a exigir uma nova relação entre desigualdade, diversidade cultural e conhecimento. (GOMES 2012, p.102).

Entende-se levando em consideração o histórico educacional lubanguense que não é possível trazer uma solução instantânea e definitiva para todos os problemas da EJA no município do Lubango uma vez que são muitas as dificuldades encontradas, soluções para tais precisam ser implementadas gradativamente e levam tempo para serem incorporadas no sistema educativo. Tendo em conta os resultados dessa pesquisa, encontramos várias questões que necessitam de mudança nos processos de ensino e aprendizagem da EJA no município referente. Contudo certos aspectos devem ser levados em consideração, no currículo de todas as instituições responsáveis pela formação de professoras/es não há componentes que abordam sobre a Educação de Jovens e Adultos.

[...] à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Esta pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia. (FREIRE, 1996, P.15).

Para se alcançar uma formação eficiente e formar seres ilimitadas que entendam e usem seu potencial, que percebam que podem ir além de assinar seus nomes nos documentos é necessário profissionais devidamente capacitados para lidarem com os desafios que a EJA oferece para lecionar nessa modalidade de ensino é requisitado ter no mínimo oitavo ano do ensino fundamental, o que de certo modo limita a alfabetização ao ensino da escrita e da leitura mecânica, mas que não forma amantes da leitura e escrita.

É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. [...] Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente (Freire, 1996, p.13-14).

Observando as referências usadas tanto nos manuais dos módulos usados para essa modalidade quanto o currículo do primeiro ciclo podemos ver que na seleção das obras que seriam base para a criação e construção destes não consta autoras ou autores angolanos, africanos ou afro centrados, refletindo deste modo a abstração do que é local nos processos de ensino e aprendizagem.

### **Considerações finais**

Compreende-se que para se alcançar uma Educação de Jovens e Adultos de qualidade e inclusiva no Lubango-Angola, um percurso longo ainda precisa ser percorrido. Pelos resultados que essa modalidade mostrou até o momento em que esta pesquisa foi realizada, podemos concluir que há uma precarização na garantia dos direitos educacionais daquelas (es) que por algum motivo não se escolarizaram na idade adequada. Nota-se uma visível insuficiência no trabalho que tem se realizado nesta modalidade de ensino, os meios e métodos usados não tem contemplado as intersecções que compõe essa modalidade de ensino (faixa etária, condições socioculturais e económicas). Na penúltima página da cartilha Sim, Eu Posso por exemplo, encontra-se a afirmação “Já posso ler” e em seguida encorajam as (os) alunas (os) a fazerem da leitura um costume diário, ante a esses dizeres e levando em consideração a estrutura precária das escolas que ofertam a EJA, questiona-se como poderão as (os) estudantes criar o gosto pela leitura se não há bibliotecas, salas de leitura nem outros livros além dos materiais didáticos? Não há na EJA, e em nenhuma outra modalidade de ensino de base lubanguense materiais e espaços que promovam a cultura da leitura.

Em meio a tudo isso, se faz necessário uma fortificação dos vínculos frágeis que as (os) estudantes desta modalidade de ensino têm com a escola do contrário pessoas que compõe este grupo permanecerão no último lugar na hierarquia de prioridades socioeducacionais.

## Referências

ANGOLA, M. E. **Estatutos da Alfabetização**, Luanda, 2000.

CASTIANO, P.J. **O currículo local como espaço social de coexistência de discursos: estudo de caso nos distritos de báruè, de sussundenga e da cidade de chimoio – moçambique**. Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 1, n. 1, 2005.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. **Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero**. Trad. Liane Schneider. Estudos Feministas, ano 10, n.1: p. 171-188, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 54p.

GOMES, N. L. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Revista Currículo sem fronteiras. v.12, n.1, 2012, p. 98-109.

GRILO, L. M. A. *et. al.* **Método Para Gostar de Ler e Escrever, Modulo 1**. 3. ed. Luanda: Letras, 2014.

GRILO, L. M. A. *et. al.* **Método Para Gostar de Ler e Escrever, Modulo 2**, 3. ed. Luanda, 2012.

GRILO, L. M. A. *et. al.* **Método Para Gostar de Ler e Escrever, Modulo 3**. 3. ed. Luanda: Letras, 2014.

Instituto Pedagógico Latinoamericano y Caribeño. **Sim Eu Posso**, Pueblo y Educación, 2012.

LIBERATO, E. Avanços e retrocessos da educação em Angola. **Revista Brasileira de Educação**, v.19, n.59, 2014, p.1003-1031.

MOREIRA, A, F, B.; CANDAU, M, V. Currículo, Conhecimento e Cultura. *In*: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S.D.; NASCIMENTO A. R. (org.). **Indagações sobre currículo: Currículo Conhecimento e Cultura**. Brasília, 2007. p. 17-43.

OCTÁVIO, M, J. **Currículo do 1.º Ciclo do Ensino Secundário**. 2. ed. Luanda: INIDE, 2011.

SANCEVERINO, A. R. **Mediação pedagógica na educação de jovens e adultos: exigência existencial e política do diálogo como fundamento da prática.** Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 65, Rio de Janeiro, 2016.

**Submissão:** 27/10/2022. **Aprovação:** 08/12/2022. **Publicação:** 20/08/2023.